

A EDIÇÃO E INTERPRETAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO
ANTIGA DE PORTUGAL: PROBLEMAS E
PERSPECTIVAS DA FILOLOGIA PORTUGUESA
FACE AO ESTUDO DAS ORIGENS DA ESCRITA
EM PORTUGUÊS

ANTÓNIO H. A. EMILIANO
Universidade Nova de Lisboa

A Filologia Portuguesa apresenta actualmente lacunas no que concerne o conhecimento e estudo de fontes primárias medievais, especialmente da prosa pré-literária. O estudo da documentação antiga de Portugal pressupõe em primeiro lugar o seu conhecimento. O conhecimento implica a realização de diversas tarefas, que vão desde a localização, inventariação e classificação dos textos, à edição e constituição de *corpora* electrónicos.

Proponho-me, assim, tecer alguns comentários sobre algumas “necessidades” urgentes da Filologia Portuguesa, ou seja, áreas cujo desenvolvimento se deve levar a cabo para que o conhecimento da língua, da escrita e dos textos medievais possa assentar em dados sólidos e de acesso fácil. Nesta comunicação pretendo sobretudo referir a documentação notarial latino-portuguesa anterior ao século XIII, sobre a qual incide actualmente a minha actividade de investigação.

As necessidades que me parecem presentemente mais fundamentais são as que enumero no Quadro 1:

- **inventariação exaustiva dos textos** contidos nos diversos fundos documentais dos arquivos portugueses, nos registos de chancelarias e nos cartulários
- estabelecimento de **critérios de transcrição** ultra-conservadores para edições paleográficas destinadas a estudos linguísticos e scriptológicos, quer de documentos individuais, quer de colecções documentais
- boas **edições interpretativas** baseadas em edições paleográficas
- **quadro conceptual** bem fundamentado para a interpretação e análise dos textos
- **disponibilização dos dados** paralelamente em suporte digital e em suporte impresso

Quadro 1

Necessidades actuais da Filologia Portuguesa face à documentação antiga de Portugal

Outras necessidades podem ser adicionalmente enumeradas e consideradas (Quadro 2):

- correcto **enquadramento diplomático**, cultural e jurídico dos documentos
- **análises monográficas** de documentos individuais ou de conjuntos pequenos de documentos
- **estudos globais** de grandes conjuntos de documentos, com uma perspectiva estatístico-interpretativa que permita a extracção e explicitação de padrões, correntes e tendências
- **estudos comparativos** entre núcleos documentais, tipos documentais e domínios linguísticos

Quadro 2

Necessidades adicionais da Filologia Portuguesa

A formulação de hipóteses sobre a génese e desenvolvimento da escrita portuguesa medieval e sobre a cronologia e atestação das mudanças linguísticas constitutivas do Português Medieval só se poderá, de facto, considerar como solidamente ancorada nos dados quando houver avanços substanciais respeitantes a (1) inventariação, (2) classificação, (3) contextualização no espaço, no tempo e na sociedade, e (4) edição e interpretação dos testemunhos remanescentes.

Apresento de seguida alguns comentários relativamente a algumas das questões acima discriminadas.

I. NECESSIDADE DE INVENTARIAÇÃO EXAUSTIVA DOS TEXTOS

A tarefa mais urgente, porque é condição *sine qua non* para o conhecimento da documentação antiga de Portugal, é, sem dúvida, a **inventariação exaustiva dos textos** contidos nos diversos fundos documentais dos arquivos portugueses, nos registos de chancelarias e nos cartulários. Os inventários parciais de António Ribeiro Guerra, Bernardo de Sá Nogueira, Maria José de Azevedo Santos, Stephen Parkinson, Ana Maria Martins, Xosé Antonio Souto Cabo, a existência de colecções publicadas de documentação latino-portuguesa, como as séries *Diplomata et Chartae* dos *Portugaliae Monumenta Historica* (da Academia das Ciências), e a série *Documentos Medievais Portugueses*, subdividida em *Documentos Régios* e *Documentos Particulares* (da Academia Portuguesa da História), a existência de edições de diversos cartulários, e o facto de alguns fundos documentais da Torre do Tombo estarem inventariados, catalogados e até publicados facilitam o arranque desta tarefa urgente e ingente da Filologia Portuguesa. Os inventários levados a cabo por Guerra (1996) e Santos (1994), que abrangem a documentação notarial produzida entre 882 e os finais do século XII, e preservada em originais ou cópias avulsas, são instrumentos preciosos de trabalho que garantem hoje o conhecimen-

to de uma parte considerável da produção documental medieval em Portugal.

Outras necessidades prendem-se com a edição e análise dos textos. Para a edição dos textos há as seguintes necessidades da Filologia Portuguesa a apontar:

2. NECESSIDADE DO ESTABELECIMENTO DE CRITÉRIOS DE TRANSCRIÇÃO ULTRA-CONSERVADORES

3. NECESSIDADE DE BOAS EDIÇÕES INTERPRETATIVAS BASEADAS EM EDIÇÕES PALEOGRÁFICAS

Para abordar este tipo de necessidades básicas da Filologia Portuguesa parto de alguns pressupostos fundamentais, enumerados no Quadro 3:

1. uma edição representa tanto melhor o texto medieval quanto menos operações de transliteração envolver
2. transcrever e editar não são sinónimos de transliterar
3. a realização de edições interpretativas deve basear-se em edições ultra-conservadoras
4. nenhuma edição de um texto medieval poderá só por si satisfazer todos os potenciais públicos ou usuários
5. a edição de documentos medievais não pode actualmente ser pensada e levada a cabo exclusivamente em termos da sua publicação em suporte impresso (papel)

Quadro 3

Pressupostos relativos à transliteração, transcrição e edição de fontes

A este respeito é absolutamente fundamental distinguir-se entre ‘transcrição’ e ‘transliteração’, sendo que a última deve ser controlada em alto grau (cf. Emiliano 2002a). Por transcrição entendo um tipo de representação tipográfica de um texto medieval que preserve todos os detalhes do conjunto de caracteres presentes no manuscrito, o que acarreta o escrupuloso respeito pelo sistema

scriptográfico. Por transliteração entendo um tipo de representação tipográfica de um texto medieval em que o conjunto de caracteres original é substituído por outro conjunto de caracteres através de operações de transliteração coerentes e consistentes.

Ora o que se verifica é que, na generalidade, os editores de textos medievais realizam substanciais operações de transliteração através dos seus critérios ditos de transcrição: ou seja, a quase totalidade dos editores translitera quando declara transcrever. Este equívoco generalizado resulta, em minha opinião, do facto de a quase totalidade dos editores de textos medievais entender que há equivalência absoluta, quando não identidade, entre os alfabetos medievais e o actual. Na realidade, e apesar de os alfabetos medievais e o alfabeto moderno serem versões do alfabeto romano, não há equivalência nem identidade, dado que os alfabetos medievais contêm um número elevado de caracteres alfabéticos e analfabéticos sem correspondência no alfabeto moderno. A substituição de caracteres medievais por caracteres modernos é uma operação de transliteração e não de simples transcrição: concretamente, procedimentos editoriais correntes como a expansão das abreviaturas, a substituição de minúsculas aumentadas, maiúsculas reduzidas e letras unciais por maiúsculas, e a substituição de sinais de pontuação medievais por sinais modernos são operações de transliteração e não de simples transcrição. No entanto, estes procedimentos são encarados pela generalidade dos editores como naturais e pouco problemáticos.

Em meu entender, e de acordo com o pressuposto acima “uma edição representa tanto melhor o texto medieval quanto menos operações de transliteração envolver”, uma edição minimamente intervencionista deve fazer uso de um sistema de representação tipográfica e apresentação textual que permita capturar o conjunto de caracteres presente nos manuscritos.

A criação de edições interpretativas, por seu lado, assenta naquilo que se pode designar como o “critério da legibilidade”, que resulta na edição dos textos medievais num formato amigável, facil-

mente acessível a estudiosos não familiarizados com as convenções scriptográficas medievais, ou não preocupados com os detalhes dessas convenções. Os usuários potenciais deste tipo de edição formam um conjunto heterógeno de leitores: historiadores, linguistas interessados exclusivamente no léxico ou na sintaxe, medievalistas em geral, público não especialista. As edições interpretativas podem também estar na base de glossários e listas de palavras, e servir como versões úteis de consulta e leitura rápida dos textos.

Neste contexto particular é importante afirmar claramente a impossibilidade de uma edição satisfazer todos os potenciais públicos, nomeadamente, historiadores, que querem a máxima legibilidade assente em leituras rigorosas, e linguistas, que querem e precisam de edições pouco intervencionistas, por natureza “pouco legíveis”. De facto, o **campo bibliográfico** de um texto medieval não se pode considerar esgotado ou preenchido com a publicação de um único tipo de edição, por mais fiável ou rigorosa que a edição seja; daí a imensa vantagem de que se reveste a edição dupla, ou seja, paralelamente em formato conservador e em formato interpretativo.

Ora, as tecnologias da informação põem hoje à disposição dos filólogos variadíssimos recursos (aplicações, utilitários, redes, suportes para armazenamento de grandes quantidades de texto) para editar, processar e analisar textos medievais. A representação tipográfica de textos medievais é uma das áreas que sofreu grandes avanços nas últimas décadas, com o desenvolvimento da tecnologia tipográfica digital, com o estabelecimento de diversas normas internacionais para representação de caracteres de escrita, e com o surgimento e desenvolvimento de aplicações de linguagens de anotação (*markup languages*).

Estes desenvolvimentos e avanços interpelam decisivamente os filólogos portugueses, que são obrigados a repensar os procedimentos e estratégias editoriais praticados até o advento e generalização

do computador pessoal: não é possível continuar a pensar as edições como objectos fechados e fixados imutavelmente na página impressa em papel, ou como simples transposições dos textos medievais para o suporte impresso através da utilização do escasso número de caracteres contido na versão moderna do alfabeto romano.

É possível distinguir três estratégias possíveis para a representação tipográfica dos caracteres medievais, as quais se podem designar como ‘representação indirecta’, ‘representação directa’, e ‘normalização’ (v. Quadro 4) Apenas as duas primeiras estratégias permitem a representação fidedigna dos conjuntos de caracteres medievais.

Estratégias para a representação tipográfica de caracteres “especiais” em fontes primárias medievais

1. representação indirecta (⇒edição em suporte electrónico)

criação de uma aplicação de codificação textual (como o *Text Encoding Initiative* – TEI) baseada numa linguagem de anotação (*markup language*) como o *Standard Generalised Markup Language* – SGML, ou o *Extensible Markup Language* – XML

- cf. Robinson, Peter 1994. *The transcription of primary textual sources using SGML*, Oxford: Office for Humanities Communication Publications, Oxford University Computing Services
- cf. Parkinson, Stephen & Emiliano, António 2002. “Encoding medieval abbreviations for computer analysis (from Medieval Latin-Portuguese and Portuguese non-literary sources)”, *Literary and Linguistic Computing* 17: 345-360
- *Text Encoding Initiative* Characters and Character Sets: <http://www.tei-c.org/Vault/GL/P3/CH.htm> Representation of non-standard characters and glyphs: <http://www.tei-c.org/Activities/CE/cew06.html> Private use characters in XML: <http://www.tei-c.org/Activities/CE/cew07.html>
- *TEI Work Group for Medieval Manuscript Description*: <http://www.merrilee.org/tei-mss/mmssml.html>
- *The Digital Scriptorium – A Prototype Image Database & Visual Union Catalog Of Medieval And Renaissance Manuscripts*: <http://sunsite.berkeley.edu/Scriptorium/>

2. representação directa

2.1. representação directa anisomórfica (⇒edição em suporte electrónico)

2.1.1. explicitação de convenções tipográficas com utilização diacrítica de caracteres alfabéticos e analfabéticos ASCII

- cf. Parkinson, Stephen 1983. “Um arquivo computorizado de textos medievais portugueses”, *Boletim de Filologia* 28: 241-252
- cf. Sampaio, João 1999. “Um método de transcrição paleográfica de impressão omnimutável sem alteração do texto transcrito”, *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian* 38: 469-483 (Lisboa/Paris: Fundação Calouste Gulbenkian)

2.1.2 explicitação de entidades SGML/XML e digitação de referências de entidades (*entity references*) no corpo da edição

- Projecto *Medieval Nordic Text Archive – MENOTA* (Forskergruppe for tekstteknologi / Avdeling for kultur, språk og informasjonsteknologi (AKSIS) / Universitetet i Bergen, Norge): <http://www.hit.uib.no/menota/>, e <http://www.hit.uib.no/menota/guidelines/index.html>

2.2. representação directa isomórfica (⇒edição em suporte electrónico e edição impressa)

criação de tipos de computador que contenham caracteres especiais

- cf. Emiliano, António 2002. “Problemas de transliteração na edição de textos medievais”, *Revista Galega de Filoloxía*, 3: 29-64
- cf. Emiliano, António (no prelo, 2004). “Tipo Medieval para Computador: uma ferramenta informática para linguistas, historiadores da língua e paleógrafos”, in *Signo. Revista de Historia de la Cultura Escrita* (Universidade de Alcalá de Henares), s.n., número extraordinário comemorativo do 10º aniversário

- Projecto *Medieval Unicode Font Initiative* – *MUFI* (Forskergruppe for tekstteknologi / Avdeling for kultur, språk og informasjonsteknologi (AKSIS) / Universitetet i Bergen, Norge): <http://www.hit.uib.no/mufi/>
- Tipos: *Titus* (Titus Project), *Alphabetum* (Juán José Marcos), *Beowulf*, *Junius* e *Junicode* (Peter S. Baker), *Notator-Mono* (Centro de Linguística da Univ. Nova de Lisboa – CLUNL), *NotatorGaramond* (Gerd Schumacher, CLUNL e MUFI), *inter alia*

3. normalização [= não-representação] (⇒edição em suporte electrónico e edição impressa)

3.1. normalização moderada (⇒edição diplomática com grau razoável de intervenção editorial; praticada em geral pelos filólogos portugueses e alguns paleógrafos)

3.2. normalização profunda (⇒edição interpretativa; praticada em geral por historiadores, por latinistas, e em edições de divulgação)

Quadro 4

Estratégias para a representação tipográfica de fontes primárias manuscritas medievais [extraído de Emiliano (no prelo, 2004)]

Algumas observações sobre os diversos procedimentos acima referenciados.

Com a representação indirecta, através de aplicações de codificação textual como o TEI, pretende-se assinalar explicitamente por meio de etiquetas determinado tipo de informação que se considera relevante para o estudo e interpretação do texto. Essa informação poderá depois ser extraída e compilada automaticamente. Por exemplo, as abreviaturas medievais baseadas em letras ou sequências de letras a que está associado um sinal abreviativo são representadas *indirectamente* pela sequência de letras que contém e por etiquetas que explicam o seu valor braquigráfico e representam o sinal abreviativo. As abreviaturas constituídas por braquigrafemas não literais assentes na linha podem simplesmente ser representados por entidades. As chamadas letras especiais podem

ser representadas *indirectamente* por etiquetagem (com normalização gráfica no texto visível), ou mais *directamente* por entidades.

A representação directa anisomórfica através da explicitação de entidades permite criar edições com representação directa isomórfica: basta que o *Document Type Definition* do ficheiro XML faça corresponder as entidades aos *character points* de um tipo contendo glifos especiais; qualquer *browser* que suporte o XML substituirá os *entity references* incluídos no corpo da edição pelos caracteres correspondentes. Este é o procedimento do projecto *Medieval Nordic Text Archive* (MENOTA) na transcrição de textos medievais nórdicos. Este procedimento tem a desvantagem de que o texto de base só contém *entity references*, enquanto a versão com caracteres medievais só serve para visualização; ou seja, qualquer tipo de operação de busca ou extracção de formas terá de ser feita sobre o ficheiro XML original, e os parâmetros ou critérios de busca deverão fazer referência às entidades e não aos caracteres a que correspondem.

As vantagens da adopção de um tipo de representação directa isomórfica quer sobre a representação indirecta, quer sobre a normalização (ou não-representação), são imensas do ponto de vista do acesso directo e da análise da edição. A visualização da edição em suporte digital não exige a conversão de entidades em caracteres, visto que o ficheiro contém os caracteres necessários, e pode, portanto, ser efectuada em qualquer editor de texto que reconheça o tipo utilizado na transcrição. Também as operações de busca e extracção de formas se fazem sobre um ficheiro de texto que contém os caracteres especiais.

Do ponto de vista do acto de transcrição esta estratégia permite ao transcritor a visualização directa e imediata do conteúdo da edição, e facilita o processo de verificação, revisão, correcção e anotação da mesma.

Do ponto de vista simples da edição em suporte tradicional impresso, a edição paleográfica com caracteres especiais permite,

de facto, a leitura fácil e directa de edições muito conservadoras a um leitor familiarizado com glifos medievais.

Esta última solução de representação directa é, assim, a que se me afigura como óptima e justifica a criação dum tipo medieval para computador destinado à transcrição estreita de textos medievais portugueses, pelas seguintes razões fundamentais: (1) preserva na edição todos os aspectos relevantes do sistema de escrita, (2) pode ser facilmente manuseado pelo transcritor, (3) pode ser processado através de uma aplicação de extracção de dados, e (4) pode gerar, através de processos de conversão consistentes (e semi-automatizáveis), outros tipos de edição mais simples e mais interpretativos. Pode também obviamente ser etiquetado.

De qualquer forma, o que me parece importante acentuar neste respeito é a necessidade imperiosa de definição, explicitação e aplicação de **critérios de transcrição e de edição** de fontes primárias antigas como um preliminar incontornável da análise linguística. O tipo de estudo a realizar ditará, em última análise, o tipo de exacto de transcrição e edição que melhor o serve, sendo certo que o único ponto de partida aceitável para estudos linguísticos é o de uma posição intransigente de conservadorismo editorial, mesmo que o objectivo final seja o da produção de uma edição interpretativa com normalização profunda destinada, por exemplo, a estudos sintácticos, ou de Análise do Discurso.

As diversas e imensas vantagens da criação paralela de edições hiper-conservadoras e de edições interpretativas (baseadas nas primeiras) podem ser ilustradas através de um excerto de um texto medieval, neste caso a *Notícia de Torto* de 1211-1216, texto de incomparável importância para a história da língua e da escrita portuguesas: é o mais antigo documento particular escrito em português conhecido, e apresenta uma forma arcaica e pouco estabilizada de escrita portuguesa, ainda muito próxima da tradição latino-portuguesa.

O confronto das duas edições paleográfica e interpretativa propostas por Emiliano & Pedro (2004) com as edições anteriores permite esclarecer as potencialidades de análise que a abordagem aqui proposta contém.

Notícia de Torto (1211-1216) – Linhas 1 - 5

Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo, Mosteiro de S. Salvador de Vairão, maço 2, n.º 40 (casa-forte), original não datado em letra carolina de transição

Edição paleográfica de Emiliano & Pedro (2004)¹

Convenções editoriais:

o_texto	separação de palavras juntas no ms.
tex=to	junção de partes de palavras separadas no ms.
<texto>	anulação escrital de texto por raspagem ou lavagem (legível)
<*> <***>	letra ou sequência de letras anuladas ilegíveis
<del texto>	anulação escrital de texto por riscado (legível)
/texto/	letra ou sequência de letras na entrelinha superior
()	código para inserção de texto pelo editor
L01	indicação editorial de linha no corpo do texto (numerada)

(recto)

L01 Ø noticia ð tozto que feceř a_laurēci⁹ fernāðiz
 poz plaço q/v/e feč gōcauo,
 L02 ramiriz antre ſuó fili^o e_lourēzo ferrnāðiz q̄le
 podedef ſaber e_oue aúr d'_erdað
 L03 e_ð_aúr tāto q̄me uno ð ſuó fili^o ð_aq̄to podeſē
 aúr ð bona ð ſeuo pater e_ſioli^o ſeu,
 L04 pater e_ſua mater . E_ðpois feceř plaço nouo
 e_cō=uē uó a_ſaber q̄le in_ille ſe/e/m
 L05 taef firmam^o q̄leſ podedef ſaber . <E_ſ***a>
 ramiro gōcaluiz . e_gōcaluo gōca

1. Foram removidas as numerosas notas de rodapé que acompanham a edição.

Edição interpretativa (interpretativa larga sem til generalizado, com pontuação e capitalização modernas) de Emiliano & Pedro (2004)

P01 (recto) ^{L01} De noticia de torto que fecerunt a Laurencius Fernandiz, por plazo que fece Goncauo ^{L02} Ramiriz antre suos filios e Lourenzo Ferrnandiz, quale podedes saber.

P02 E oue auer de erdade ^{L03} e d' auer tanto quome uno de suos filios d' aquanto podessem auer de bona de seuo pater, e fiolios seu ^{L04} pater e sua mater.

P03 E depois fecerunt plazo nouo e conuem uos a saber quale; in ille seem ^{L05} taes firmamentos quales podedes saber.

P04 [...] Ramiro Goncaluiz e Goncaluo Gonca[luiz] ...

Edição de João Pedro Ribeiro (1860)

... noticia de torto, que fecerum a *Laurencius Fernandiz*, por plazo, que fece *Goncavo Ramiriz* antre suos filios, e *Lourenço Ferrnandiz*, quale podedes saber, e oue aver derdade, e daver tanto quome uno de suos filios, da quanto podessem aver de bona de seuo pater, e fiolios seu pater e sua mater : E depois fecerum plazo novo, e convem a saber quale, in ille seem taes firmamentos, quales podedes saber. *Ramiro Goncalviz*, e *Goncalvo Gonca*, ...

Edição de Pedro de Azevedo (1914)

De *noticia* de torto que *fecerum* a *laurencius fernãdiz* por plazo que *fece* *gõcavo ramiriz* antre *suos* filios, e *lourenço fernãdiz*, *quale* podedes saber e oue auer de erdade e daver tãto quome *uno* de *suos* filios daquanto podessen auer de *bona* de seus *pater* e fio li os seu *pater* e sua *mater*. E depois *fecerun* plazo nouo e cõuen *uero* a saber *quale in ille* seem taes firmamentos *quales* podedes saber. *ramiro gõcaluiz* e *goncaluo gõcalluizl* ...

Edição de Luís Filipe Lindley Cintra (1971)

¹ De noticia de torto que fecerũ a Laurẽcius Fernãdiz por plazo qve fez Gõcauo

² Ramiriz antre suos filios e Louẽzo Fernãdiz *quale* podedes saber : e oue auer, de erdade

³ e dauer, tãto *quome* uno de suos filios, *daquãto* podesẽ auer de bona de seuo pater ; e fioli os seu[s]

⁴ pater e sua mater. E de pois *fecerũ* plazo nouo e *cõue* uos a saber *quale* ; in ille seem

⁵ taes firmamentos *quales* podedes saber: Ramiro Gõcaluiz e Gõcaluo Gõca[luiz e]

Edição de Avelino de Jesus da Costa (1979)

[1] D(e) noticia d(e) torto que *fecer(um)* a Laurẽci(us) Fernãdiz por plazo que *fec(e)* Gõcauo

[2] Ramiriz antre suos filios e Lourẽço Fernãdiz q(ua)le podedes saber : e oue au(e)r d(e) erdad(e)

[3] e d'au(e)r tãto q(uo)me uno d(e) suos filios d(e) aq(uan)to podesẽ au(e)r d(e) bona de seuo pater e fiolios seu

[4] pater e sua mater. E d(e)pois *fecer(um)* plazo nouo e *cõue* uos a saber q(ua)le in ille se<e>m

[5] taes firmam(en)tos q(ua)les podedes saber . Ramiro Gõcaluiz e Gõcaluo Gõca[luiz]

Edição de Dias, Marques & Rodrigues (1987)

De noticia de torto que *fecerum* a *laurencius fernandiz* por plazo que *fece goncauo*, / ramiriz antre suos filios e *lourenzo fernandiz* *quale* podedes saber e oue auer de erdade / e d auer tanto *quome* uno de suos filios de *aquanto* podesem auer de bona de seuo pater e fioli os seu, / pater e sua mater.

E depois *fecerum* plazo nouo e *conuem* uos a saber *quale* in ille seem / taes firmamentos *quales* podedes saber. ramiro *goncaluiz* e *goncaluo goncaluiz* /

Edição de Luís Filipe Lindley Cintra (1990)

1 *De* noticia de torto que *fecerũ* a Laurẽcius Fernãdiz por plazo qve *fece* Gõcauo

2 Ramiriz antre suos filios e Lourẽzo Fernãdiz *quale* podedes saber : e oue auer, de erdade

- 3 e dauet, tãto quome uno de suos filios, daquãto podese auer de bona de seuo pater; e fiolios seu
- 4 pater e sua mater. E depois fecerũplazo nouo e cõuẽ uos a saber quale; in ille seem
- 5 taes firmamentos quales podedes saber : Ramiro Gõcaluiz e Gõcaluo Gõca[luiz e]

Edição de Avelino de Jesus da Costa (1993)

- [1] D(e) noticia d(e) torto que fecer(ũ) a Laure)ci(us) Fernãdiz por plazo que fec(e) Gõcauo
- [2] Ramiriz antre suos filios e Lourẽzo Fernãdiz q(u)ale podedes saber : e oue au(e)r d(e) erdad(e)
- [3] e d'au(e)r tãto q(u)ome uno d(e) suos filios d(e) aq(u)ãto podese au(e)r d(e) bona de seuo pater e fiolios seu
- [4] pater e sua mater. E d(e)pois fecer(ũ) plazo nouo e cõuẽ uos a saber q(u)ale in ille se<e>m
- [5] taes firmam(en)tos q(u)ales podedes saber . Ramiro Gõcaluiz e Gõcaluo Gõca[luiz e]

A colação das diversas edições da *Notícia* revela, para além de erros de leitura ocasionais por parte de todos os editores, a adopção de soluções tipográficas divergentes no que respeita ao tratamento dos sinais gerais de abreviação, de alguns sinais abreviativos especiais e das letras sobrescritas. Alguns editores introduzem também capitalização e pontuação, o que contrasta com a sua atitude de conservadorismo face a outros fenómenos gráficos. Todos normalizaram a separação e junção de palavras sem indicação editorial.

Entre outros factos curiosos da tradição editorial da *Notícia de Torto*, é digna de nota a multiplicidade e disparidade de soluções para a representação da abreviatura latina da terminação verbal de 3ª pessoa do plural do pretérito perfeito que ocorre em grande número na *Notícia* (v. Quadro 5); trata-se de um R minúsculo ao qual foi sobreposto um sinal abreviativo geral, que se manifesta como um

traço supralinear com ataque e saída na maior parte das ocorrências desta terminação verbal, como na forma <feceř̃> (ll. 1 e 4):

Edição	transcrição de <feceř̃>
Ribeiro (1860):	fecerum
Azevedo (1914):	<i>fecerum / fecerun</i>
Cintra (1971):	fecerũ / fecerũ
Costa (1979):	fecer(um)
Dias, Marques & Rodrigues (1987):	fecerum
Cintra (1990):	fecerũ / fecerũ
Costa (1993):	fecer(ũ)
Emiliano & Pedro (2004):	fecerunt [edição interpretativa]

Quadro 5

Terminação verbal de 3ª pessoa do plural do pretérito perfeito nas várias edições da Notícia de Torto

Nenhuma das edições anteriores a Emiliano & Pedro (2004) permite ao leitor ter a noção da grafia realmente presente no manuscrito; por outro lado, os vários desenvolvimentos propostos escamoteiam completamente o facto de que a abreviatura em causa é uma abreviatura latina corrente, com um valor literal preciso no contexto da tradição escritural médio-latina: tais desenvolvimentos são, em meu entender, anacrónicos e paleograficamente injustificados.

Ao contrário de uma edição tradicional com tipo normal e com critérios de transcrição intervencionistas, uma edição com um tipo medieval permite capturar o conjunto de caracteres presente no manuscrito e representar escrupulosamente as convenções scriptográficas do original, as quais podem depois, com elevado grau de segurança, ser transpostas para uma boa edição interpretativa. Uma edição com tipo medieval em suporte electrónico permite também a extracção automática de formas, em concordâncias e em listagens de formas, a qual poderá servir de base a análises estatísticas e quantitativas: tais análises são instrumentos imprescindíveis para uma adequada aferição e interpretação dos padrões

scriptográficos presentes quer em documentos individuais quer em conjuntos de documentos.

Por exemplo, uma das lacunas da paleografia portuguesa medieval é o conhecimento exacto da evolução dos sistemas braquigráficos: edições preparadas com um tipo medieval permitem colmatar essa lacuna e fornecem dados seguros para a análise. Assim, em Emiliano & Pedro (2004), através da elaboração automática de um *index verborum*, foi possível descrever com acuidade e em detalhe o sistema braquigráfico do escriba da *Notícia de Torto* e explicitar padrões distribucionais no emprego dos sinais de abreviação, o que permitiu algumas conclusões seguras sobre o seu sistema grafémico.

O quadro seguinte, extraído do artigo referido, contém dados relativos às ocorrências e distribuição grafémica dos sinais abreviativos gerais da *Notícia de Torto*:

Tipo de traço	Função abreviativa (geral ou específica)					
	Geral	‘e’	‘en’	‘n/m’	‘re’	‘-unt’
médio simples	13	53	5	82	–	–
curto com saída	–	–	–	–	–	3
curto com ataque e saída	1	4	1	–	5	50

Quadro 6

Distribuição funcional dos traços supralineares na Notícia de Torto
[extraído de Emiliano & Pedro 2004]

A análise dos dados permite observar que os traços com saída nunca tomam o valor de abreviação de nasal N/M, enquanto o traço simples nunca toma o valor de abreviação de ‘-unt’ (sendo estas as duas funções abreviativas específicas dominantes no texto). Nestes dois contextos grafémicos, abundantemente representados no texto, os dois tipos de traço estão em distribuição complementar. As categorias em que os dois traços estão em distribuição paralela são a função abreviativa geral, e a abreviação de ‘e’ e ‘en’. Apesar de estes diversos traços terem historicamente

a mesma origem (um traço supralinear simples) o escriba da *Notícia* parece ter especializado o seu uso, o que revela uma consciência grafémica evoluída. Esta situação é semelhante à de muitos documentos do século XIII em que parece haver uma especialização ou preferência por determinado tipo de traço para determinada função representacional. A edição com tipo medieval permitiu pela primeira vez observar e capturar estes padrões grafémicos, que se revelaram importantes para a caracterização da competência escribal do autor material da *Notícia*.

4. NECESSIDADE DE UM QUADRO CONCEPTUAL BEM FUNDAMENTADO PARA A INTERPRETAÇÃO E ANÁLISE DOS TEXTOS

Um tal quadro conceptual deve aproveitar a investigação recente em Linguística Românica, Linguística Histórica, e Literacia, para a correcta abordagem dos documentos medievais latino-portugueses, proto-portugueses e portugueses, tanto da produção primitiva como da segunda fase (*post* 1255). A importante investigação produzida nas últimas décadas por Roger Wright, Francesco Sabatini, Michel Banniard e Jozséf Herman sobre a transição Latim/Romance, e sobre a interpretação da latinidade medieval, é particularmente importante para o estudo das fases mais antigas da produção documental em território português.

Os documentos latino-portugueses dos sécs. IX-X constituem **os primeiros testemunhos escritos da Língua Portuguesa**: são efectivamente as fontes primárias mais antigas que existem para o chamado período proto-histórico da História da Língua Portuguesa.

Mas os documentos latino-portugueses têm tido quase exclusivamente o estatuto de fontes históricas, pelo que a sua publicação tem sido da responsabilidade de historiadores.

Não obstante a sua enorme importância para o estudo dum período antigo da História da Língua Portuguesa, **a documentação notarial latino-portuguesa carece de edições fidedignas e actualizadas adequadas ao seu estudo linguístico** nas diversas

vertentes possíveis: os documentos mais antigos, nomeadamente dos séculos IX, X e XI estão apenas disponíveis nas edições da série *Diplomata e Chartae*, iniciada em 1865. A publicação desta série em meados do século XIX, sob a orientação de Alexandre Herculano, constituiu um empreendimento notável, que colocou Portugal na vanguarda da publicação de fontes medievais. No entanto, as edições aí contidas necessitam urgentemente de revisão e actualização devido às exigências que os filólogos e linguistas contemporâneos põem relativamente ao exame e interpretação das suas fontes. De facto, é forçoso constatar que Portugal, tendo sido um país pioneiro na edição das suas fontes históricas, não acompanha hoje o esforço de publicação, disponibilização e estudo de fontes que é visível em muitos países e regiões europeias, nomeadamente, em Espanha.

São escassos os estudos linguísticos sobre a documentação e a língua notarial latino-portuguesa: não existem entre nós, com a excepção dos trabalhos isolados e muito datados de Norman Sacks (1941) e de Leif Sletsjø (1959) (baseados exclusivamente nas edições dos *Portugaliae Monumenta Historica* e com graves problemas e deficiências metodológicas e conceptuais), trabalhos de conjunto equivalentes aos estudos de Ramón Menéndez Pidal, Alfonso García Leal e María del Pilar Álvarez Maurín para a documentação ásture-leonesa, de Augustus Campbell Jennings para a documentação asturiana, de Joan Bastardas Parera e Maurilio Pérez González para a documentação castelhana, ou de Amable Veiga Arias para a documentação galega.

O meu projecto em curso *Corpus Documentale Latinum Portugaliae (a.D. 870-1000)* de edição e estudo scripto-linguístico pretende suprir essa lacuna, através da publicação de edições originais e fidedignas, e através da publicação de um estudo detalhado da fase mais antiga de produção documental em território português.

Discutir as origens alto-medievais das línguas românicas é, e só pode ser, em meu entender, a análise e discussão de *factos e fenó-*

menos scriptolinguísticos, aspectos do desenvolvimento de *Schriftsprachen* diferenciadas nos diversos domínios linguísticos ibero-românicos a partir de uma tradição escritural comum herdada da Antiguidade. Tentar estabelecer ou determinar um qualquer momento de “nascimento linguístico” de uma língua é um objectivo fútil e inútil, desprovido de interesse e de sentido: tal objectivo não deve, no entanto, ser confundido com o *estudo das fontes* que documentam as fases pretéritas das línguas ibero-românicas no antigo território da monarquia ásture-leonesa.

As línguas ibero-românicas são o resultado do desenvolvimento multi-secular e ininterrupto de diversas variedades de Latim coloquial trazidas para a Ibéria aquando da romanização: de facto, a história externa das línguas ibero-românicas começa no momento em que o primeiro soldado ou o primeiro colono romano pousaram o pé em território ibérico. Assim, confundir a emergência e desenvolvimento histórico das tradições de escrita ibero-românicas em Portugal, Leão, Castela ou na Galiza, com o nascimento do Português, do Leonês, do Castelhana ou do Galego (que não nasceram, de facto, mas se limitaram a evoluir a partir de variedades regionais de Latim Ibérico), seria um equívoco grave, em termos teóricos e epistemológicos; tal equívoco comprometeria um inquérito sério sobre (1) as origens da escrita românica na Península Ibérica, por um lado, e (2) o valor linguístico de fontes escritas produzidas em época anterior ao século XIII, por outro.

A análise adequada dos documentos latino-portugueses mais antigos, enquanto fontes linguísticas primárias de grande importância para a história da língua e da escrita portuguesas medievais exige que se reconheçam e aceitem os seguintes pressupostos:

1. os textos são actos de língua escrita válidos em si mesmos e por si mesmos, e não simplesmente produtos de uma latini-dade corrupta ou decadente,
2. a tradição notarial era uma tradição de escrita com traços específicos que resultavam da natureza particular dos docu-

- mentos e da intencionalidade comunicativa subjacente à sua produção,
3. os modelos de produção textual testemunhados pela documentação notarial latino-portuguesa não correspondem exactamente aos modelos herdados da Antiguidade,
 4. a tradição escritural latino-portuguesa presente nos textos notariais era a única forma de expressão escrita disponível para falantes de Português Antigo num ambiente linguístico monolíngue.

Se a escrita notarial latino-portuguesa alto-medieval não era ainda ‘escrita portuguesa’ (no sentido em que certos textos do século XIII a documentam), era, no entanto, o único sistema de escrita disponível para representar actos linguísticos que continham estruturas linguísticas antigo-portuguesas: a *Schriftsprache* latino-portuguesa assentava indubitavelmente sobre uma oralidade portuguesa, apesar do seu aspecto alatinado e tradicional.

Muitas das características particulares da língua dos documentos, i.e. muitos dos desvios que apresentam face à tradição ortográfica e gramatical latina, são facto escriturais de longa duração, que se devem ter estabelecido e fixado muito antes do surgimento dos testemunhos mais antigos conhecidos, e que encontraremos mais tarde como parte integrante da escrita portuguesa que emergiu nas primeiras décadas do século XIII. Por outras palavras, muitos dos aspectos característicos da escrita portuguesa do século XIII podem ser encontrados na produção notarial latino-portuguesa que a precedeu, desde a sua fase mais antiga conhecida.

Esses textos notariais antigos não testemunham portanto o nascimento da língua portuguesa, ou as origens do português como língua funcional e estruturalmente distinta do latim (nem seria legítimo esperar que o fizessem), testemunham sim, *as origens de uma tradição de escrita portuguesa*: são, assim, em certa medida, e com todas as reservas necessárias, as primeiras atestações escritas do Português Antigo.

Se os falantes de Ibero-Romance envolvidos directa ou indirectamente na produção de documentos notariais nos séculos IX-X faziam ou não uma distinção conceptual entre a sua língua nativa –a que chamamos hoje Português, Castelhana, etc.– e a língua dos textos herdados da Antiguidade latina, clássica e tardia –a que chamamos Latim Clássico, Latim Tardio, Latim Cristão, Latim Litúrgico, etc.– é uma questão em aberto, que tem sido muito discutida nos últimos vinte anos, e a resposta correcta é, em minha opinião, *provavelmente não*.

Estou convencido de que se não tivesse sido introduzida a Reforma Gregoriana na Península Ibérica nas últimas décadas do século XI, e se não tivesse havido em Portugal uma reforma scriptográfica na corte portuguesa em finais do século XII, o surgimento daquilo que hoje percebemos como uma escrita portuguesa autónoma, com características marcadamente distintas da tradição latino-portuguesa, teria acontecido bastante mais tarde e teria, provavelmente, tido contornos diferentes: ou seja, a des-latinição da *scripta* notarial latino-portuguesa poderia não ter atingido, tão rapidamente ou mesmo em absoluto, o grau que encontramos no Testamento português de 1214 de D. Afonso II (1185-1223) e nos registos da Chancelaria de D. Afonso III (1210?-1279) iniciados em 1255.

A escrita portuguesa medieval, tal como a vemos surgir no século XIII, resultou de um processo multi-secular e lento de mudança scriptográfica –cujo ponto de partida foi a escrita latina–, processo pontuado, no entanto, por acontecimentos externos, dos quais se podem destacar:

- *a invasão muçulmana e a destruição da monarquia visigótica, e, posteriormente, a Reconquista e expansão para Sul dos novos reinos cristãos,*
- *a introdução do Latim Medieval com a implantação da Reforma Gregoriana,*
- *a autonomia política e independência de Portugal,*

- *a política de expansão e consolidação política e territorial do novo reino pelo Rei D. Sancho I, filho do Fundador,*
- *a política centralizadora do Rei D. Afonso II,*
- *as políticas autonomistas dos quatro primeiros monarcas portugueses ao longo dos séculos XII e XIII perante os poderes centralistas e hegemónicos de Leão e Roma,*
- *a criação, implantação e expansão do tabelionato laico profissional,*
- *a criação e fortalecimento de municípios, dotados de códigos legais locais (os foros ou costumes),*
- *a existência na corte dos primeiros monarcas portugueses de juristas, notários e homens de letras em contacto com tradições legais e culturais trans-pirenaicas,*
- etc.

O largo processo de romanceamento da tradição latina, tal como a documentam os textos notariais latino-portugueses, foi uma consequência da *tensão permanente entre a tradicionalidade dos actos notariais (qua actos de escrita) e as exigências de realismo comunicativo* (no plano da comunicação horizontal) que tais actos, pela sua natureza, acarretavam.

Esta dialéctica, aliada ao profundo afastamento das estruturas linguísticas do Português Antigo relativamente às estruturas do Latim (as quais estavam subjacentes à estrutura da tradição de escrita herdada) – tanto ao nível da fonologia e da morfossintaxe, como ao nível da sintaxe e do léxico –, foi sendo lentamente resolvida no sentido da vulgarização (romanceamento) da tradição notarial.

A ruptura da comunicação vertical nas comunidades ibero-românicas deve ser entendida como o resultado cumulativo de dois tipos de factores:

- 1. mutabilidade contínua e permanente no plano oro-linguístico**, em contraste com o estatismo ou conservadorismo no plano scripto-linguístico –este contraste propiciava

a ocorrência de *mudanças adaptativas*, em ritmo lento, na tradição de escrita;

2. efeito catalisador de eventos externos à história linguística, eventos supervenientes que contribuíram para acelerar ou acentuar o desfasamento profundo entre a realidade linguística do vernáculo e a realidade linguística da tradição escritural, precipitando assim mudanças súbitas no sistema de escrita e na conceptualização linguística que lhe estava subjacente – neste respeito a introdução do Latim Medieval Galo-Romano foi decisiva para o surgimento de uma consciência linguística românica na Península Ibérica, como demonstrou cabalmente Roger Wright (1982)

E, no entanto, apesar do efeito cumulativo das mudanças na tradição escrita, que se processaram lenta, prolongada mas inelutavelmente, nunca se atingiu na tradição notarial latino-portuguesa, a não ser esporádica e pontualmente (i.e. apenas em formas isoladas, sequências de palavras, ou algumas frases), o nível de vulgarização que o testamento régio de 1214 apresenta. Mesmo os textos profundamente romanceados do século XII, que podem apropriadamente ser designados como ‘proto-portugueses’, apresentam alguma morfossintaxe latina, léxico latino, e soluções gráficas latinas. Soluções scriptográficas inovadoras, i.e. distintamente portuguesas, conviveram com soluções tradicionais, i.e. distintamente latinas, até ao surgimento do *Testamento* de 1214 e da *Notícia de Torto* de 1211-16 (ainda muito dependente da tradição latina, apesar do seu “portuguesismo” evidente).

Os documentos notariais latino-portugueses documentam uma tendência ininterrupta de romanceamento gráfico, no contexto da qual podemos vislumbrar, com alguma exactidão, aspectos e estruturas da língua vernácula subjacente: o romanceamento da tradição latina conduziu a uma situação de polimorfismo gráfico, em que elementos gráficos, fonémicos, morfémicos, sintácticos e

lexémicos tradicionais conviviam com elementos mais inovadores que prenunciavam o surgimento, séculos mais tarde, de um novo sistema de escrita.

A investigação dos elementos inovadores ou desviantes (face à tradição latina) presentes nos testemunhos mais antigos da tradição latino-portuguesa, permite obter conclusões importantes para a História da Língua Portuguesa, desde que o investigador tenha a sagesa necessária para *não confundir variação scriptolinguística com variação oro-linguística sincrónica*, ou de não confundir um sistema de escrita (por mais inovador) com qualquer tipo de transcrição fonética.

Os factos apontam para uma situação monolingue em toda a Península (excepto nas áreas sob domínio muçulmano), com diversidade e variação, como em qualquer comunidade linguística complexa. A esse monolinguismo, socio-culturalmente diversificado e sociolinguisticamente estratificado, sobrepunha-se uma tradição gráfica e textual prestigiada e antiga, a qual condicionava a redacção de qualquer tipo de texto, mesmo aqueles textos que, pela sua natureza, poderiam apresentar maior influência (ou interferência, como alguns preferem) do vernáculo. O modelo do ‘monolinguismo complexo’ proposto por Wright (1993, 2000) parece o mais adequado para descrever a situação linguística (e scripto-linguística) anterior à difusão e generalização da Reforma.

Nesta perspectiva, tanto o historiador da língua portuguesa como o latinista medievalista, devem poder apreciar o valor testemunhal dos documentos latino-portugueses enquanto fontes linguísticas sem os avaliar de forma descontextualizada ou pejorativa, ou seja, sem necessidade de recorrer aos *topoi* datados da ignorância dos notários monásticos, e do barbarismo/incorreção da língua notarial.

Para a análise grafémica dos textos produzidos em Portugal nos séculos XII e XIII limito-me aqui a remeter para os critérios gerais de portuguesismo que propus num artigo recente:

[...] tentando sistematizar algumas noções que permitam centrar a discussão do “portuguesismo” de um documento medieval, pode dizer-se então, com propriedade, que **um texto está escrito em português antigo, e não em latino-romance, quando:**

1. do ponto de vista grafo-lexémico, para além de poder apresentar lexemas não latinos, **não apresenta representações recorrentes de lexemas latinos que não se continuaram em português antigo;**
2. do ponto de vista grafo-sintáctico, para além de poder apresentar estruturas e categorias sintácticas não latinas, **não apresenta estruturas latinas estranhas** (à luz do *corpus* de textos originais actualmente conhecido) **à sintaxe do português antigo;**
3. do ponto de vista grafo-morfémico, para além de poder apresentar morfemas e estruturas morfológicas não latinas, **não apresenta representação de morfemas funcionais latinos ausentes na morfologia portuguesa;**
4. do ponto de vista grafo-fonémico, para além de poder apresentar formas gráficas inovadoras – formas contendo grafias não latinas ou contendo grafias “abduzidas”, i.e., reinterpretadas e empregues em contextos distintos do contexto original –, **não apresenta grafias e formas gráficas latinas anisomórficas relativamente às formas fonémicas portuguesas.**

(Emiliano 2003: 273-4)

Estes critérios não podem ser aplicados de forma absoluta, devendo ser entendidos como condições gerais que podem pontualmente ser violadas, como se verifica na *Notícia de Torto*, que está inquestionável e consensualmente escrita em português (ao contrário do que se passa com a *Notícia de Fiadores* de 1175, ou com o *Pacto de Gomes Pais e Ramiro Pais* de ca. 1175 (?)).

5. NECESSIDADE DA DISPONIBILIZAÇÃO DOS DADOS

PARALELAMENTE EM SUPORTE DIGITAL E EM SUPORTE IMPRESSO

Relembro o pressuposto (5) explicitado acima: «a edição de documentos medievais não pode actualmente ser pensada e leva-

da a cabo exclusivamente em termos da sua publicação em suporte impresso». De facto editar para o papel, seja o papel de celulose, seja o papel electrónico, não faz sentido. As edições devem ser objectos pesquisáveis e manipuláveis. A edição em papel deve ser cada vez mais pensada como um sucedâneo da edição electrónica, e não como o objectivo editorial por excelência. Só as edições electrónicas permitem análises finas e detalhadas dos textos, através da implementação de esquemas de etiquetagem, e através da utilização de aplicações de extracção automática de dados, etc.

Outra vertente importante da disponibilização dos dados é a da digitalização em imagens de alta resolução dos manuscritos. Os facsímiles digitais abrem uma série de possibilidades de análise dos textos no seu suporte material que a simples consulta dos manuscritos à vista desarmada não permite, para além de possibilitarem o acesso aos manuscritos fora dos arquivos e sem os expor ou danificar. A digitalização de arquivos é um empreendimento cada vez mais generalizado a nível internacional, e constitui uma forma importante de preservação e disponibilização do património cultural e linguístico antigos. Adicionalmente, tanto a digitalização em formato de texto como em formato de imagem possibilitam o acesso fácil aos manuscritos através da internet ou através de arquivos electrónicos *on-line* ou *off-line*.

A digitalização dos manuscritos permite alcançar três objectos fundamentais na preservação e divulgação do património linguístico e cultural da lusofonia:

- (1) **preservação** a longo prazo de textos conservados em manuscritos medievais através de um suporte digital de grande durabilidade e qualidade,
- (2) **disponibilização** imediata de fontes linguísticas de valor ímpar em imagens digitais de grande qualidade sem necessidade da sua consulta directa nos arquivos,
- (3) **publicação de fontes** linguísticas em edições fidedignas lado a lado com os facsímiles.

CONCLUSÃO SUMÁRIA OPTIMISTA

Concluindo, a inventariação, digitalização, publicação e estudo da documentação portuguesa medieval constitui uma obrigação grave dos filólogos portugueses contemporâneos (que deve congrega os esforços de arquivistas, historiadores, paleógrafos e diplomatas) face às gerações vindouras no sentido da perpetuação da memória cultural, histórica e linguística da comunidade lusófona.

Se Ivo Castro escreveu de forma pessimista em 1986 sobre o estado da Linguística Portuguesa Histórica:

[...] estamos conscientes do século de atraso que a nossa disciplina [Linguística Histórica] tem em Portugal, da falta de continuidade do trabalho de cabouqueiro e da irregularidade da publicação das fontes, do desastre que foi nunca se ter implantado entre nós uma crítica textual profissionalizada, do muito trabalho de campo e de arquivo que ainda é preciso fazer pelas duas simples razões de nunca ter sido feito e de ainda não terem desaparecido as relíquias. O programa básico da Linguística Histórica no que respeita ao português continua, assim, a ser o traçado por Leite de Vasconcellos e pelos seus antecessores: fazer levantamentos, descrever, publicar resultados parciais. A nossa geração deverá gastar-se ainda em monografias. O tempo das sínteses e dos manuais virá depois. (Castro 1986: 16),

penso que é razoável afirmar de forma mais otimista que, nesta primeira década do século XXI, com a investigação produzida quer pela geração de Castro quer por uma geração subsequente de investigadores nos últimos 20 anos, o “tempo das sínteses” sobre o período medieval da História da Língua Portuguesa parece estar a aproximar-se, lenta mas segura e inexoravelmente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZEVEDO, Pedro de. 1914. “Nova leitura da Notícia de torto (texto do séc. XIII)”, *Revista Lusitana* 17: 204-206.
- CASTRO, Ivo José de. 1986. *História da Língua Portuguesa. Relatório e programa da cadeira, apresentados a concurso para Pro-*

- fessor Associado do 2. Grupo da Faculdade de Letras de Lisboa, Lisboa: Faculdade de Letras de Lisboa (relatório académico não publicado).*
- CINTRA, Luís Filipe Lindley. 1971. “Observations sur le plus ancien texte non littéraire: la Notícia de Torto (lecture critique, date et lieu de rédaction)”, in *Actele celui de-al XII-lea Congres International de lingvistica si filologie romanica*, Bucuresti: Editura Academiei, Volume II, 161-174.
- CINTRA, Luís Filipe Lindley. 1990. “Sobre o mais antigo texto não-literário português: a «Notícia de Torto» (leitura crítica, data, lugar de redacção e comentário linguístico)”, *Boletim de Filologia* 31: 21-77.
- COSTA, Avelino de Jesus da. 1979. “Os mais antigos documentos escritos em português. Revisão de um problema histórico-linguístico”, *Revista Portuguesa de História*, 17: 263-340.
- COSTA, Avelino de Jesus da. 1993. “Os mais antigos documentos escritos em português. Revisão de um problema histórico-linguístico”, in Costa, Avelino de Jesus da, *Estudos de Cronologia, Diplomática, Paleografia e Histórico-Linguísticos*, Porto: Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais, 169-255.
- DIAS, MARQUES & RODRIGUES. 1987. *Álbum de Paleografia*, Lisboa: Editorial Estampa.
- EMILIANO, António. 2000. “O mais antigo documento latino-português (882 a.D.) – edição e estudo grafémico”, *Verba. Anuario Galego de Filoloxía*, 26 (1999): 7-42.
- EMILIANO, António. 2002a. “Problemas de transliteração na edição de textos medievais”, *Revista Galega de Filoloxía*, 3: 29-64.
- EMILIANO, António. 2003. “Sobre a questão d’ «os mais antigos textos escritos em português»”, in Ivo Castro & Inês Duarte, Eds., *Razões e Emoção: Miscelânea de estudos oferecida a Maria Helena Mira Mateus pela sua jubilação*, Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, Volume I, 261 - 278.
- EMILIANO, António (no prelo, 2004). “Tipo Medieval para Computador: uma ferramenta informática para linguistas, historiadores da língua e paleógrafos”, in *Signo. Revista de Historia de la*

- Cultura Escrita* (Universidade de Alcalá de Henares), s.n., número extraordinário comemorativo do 10º aniversário.
- EMILIANO, António / Pedro, Susana. 2004. “De noticia de torto: aspectos paleográficos e scriptográficos e edição do mais antigo documento particular português conhecido”, *Zeitschrift für romanische Philologie* 120/1: 1-81.
- PARKINSON, Stephen. 1983. “Um arquivo computadorizado de textos medievais portugueses”, *Boletim de Filologia* 28: 241-252.
- PARKINSON, Stephen & EMILIANO, António. 2002. “Encoding medieval abbreviations for computer analysis (from Medieval Latin-Portuguese and Portuguese non-literary sources)”, *Literary and Linguistic Computing* (Journal of the Association for Literary and Linguistic Computing) 17: 345-360.
- RIBEIRO, João Pedro. 1860. *Dissertações chronologicas e criticas sobre a historia e a jurisprudencia ecclesiastica e civil de Portugal*, Lisboa: Academia das Ciências, 2ª edição.
- ROBINSON, Peter. 1994. *The transcription of primary textual sources using SGML*, Oxford: Office for Humanities Communication Publications, Oxford University Computing Services.
- SACKS, Norman P. 1941. *The latinity of dated portuguese documents in the portuguese territory*, Philadelphia: University of Pennsylvania (Romance Languages and Literature No. 32).
- SLETSJØ, Leif. 1959. *Le Développement de l et n en Ancien Portugais (Étude fondée sur les diplômes des Portugaliae Monumenta Historica*, Oslo: Presses Universitaires d’Oslo/Paris: Boyveau & Chevillet.
- WRIGHT, Roger. 1993. “Complex monolingualism in Early Romance: Linguistic Perspectives on the Romance Languages”, in *Selected Papers from the XXI Linguistic Symposium on the Romance Languages*, Amsterdam: John Benjamins, 377-88.
- WRIGHT, Roger. 2000. El Tratado de cabreros (1206): *Estudio sociofilológico de una reforma ortográfica*, London: Queen Mary and Westfield College (Papers of the Medieval Hispanic Research Seminar 19), 15-6

REFERÊNCIAS WEBLIOGRÁFICAS

- (The) Digital Scriptorium – A Prototype Image Database & Visual Union Catalog Of Medieval And Renaissance Manuscripts*, <http://sunsite.berkeley.edu/Scriptorium/>
- (The) Digital Scriptorium: A TEI-Based Tag Set for Manuscript Transcription*, <http://sunsite.berkeley.edu/Scriptorium/dsguide1.html#char>
- Junicode*, <http://www.engl.virginia.edu/OE/junicode/junicode.html>
- Medieval Nordic Text Archive – Menota*, <http://www.hit.uib.no/menota/>, e <http://www.hit.uib.no/menota/guidelines/index.html>
- Medieval Unicode Font Initiative*, <http://www.hit.uib.no/mufi/>
- (The) Old English Font Pack for Windows and the Macintosh*, <http://www.engl.virginia.edu/OE/Fonts.About.html>
- Notator – tipo medieval para computador* (Centro de Linguística da Univ. Nova de Lisboa – CLUNL), http://www.fcsh.unl.pt/clunl/Linha4_Ficheiros/1-Actividades.html#TIPO_MEDIEVAL
- TEI Work Group for Medieval Manuscript Description*, <http://www.merrilee.org/tei-mss/mmssm1.html>
- Text Encoding Initiative, Characters and Character Sets*, <http://www.tei-c.org/Vault/GL/P3/CH.htm>
- Text Encoding Initiative, Representation of non-standard characters and glyphs*, <http://www.tei-c.org/Activities/CE/cew06.html>
- Text Encoding Initiative, Private use characters in XML*, <http://www.tei-c.org/Activities/CE/cew07.html>